

INFORMES JURÍDICOS

INSS, MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DO TRABALHO	
Processo nº 2008.84.00.001100-0 Órgão: INSS Assunto: Proporcionalização das Gratificações (GESS, GDPGTAS e GDASS) Andamento Processual: Sentença julgada procedente, determinando que fosse afastada a proporcionalização das gratificações de desempenho (GESS, GDPGTAS e GDASS) e o pagamento das diferenças devidas. Apresentamos cumprimento de sentença e a maioria já foram pagos.	Processo: Demanda Individual Órgão: INSS Assunto: Revisão GDASS (70 pontos) Andamento Processual: A presente ação é destinada aos aposentados que entraram para a inatividade antes de janeiro/2007. Ações individuais ajuizadas no Juizado Especial Federal. A maioria dos processos foram julgados procedentes, reconhecendo o direito dos aposentados a receberem 70 pontos da GDASS e o pagamento das diferenças devidas nos últimos 05 anos. Os processos que ainda não transitaram em julgado aguardam julgamento de Recurso Extraordinário (Repercussão Geral Tema 1289 - STF).
Processo nº 2009.84.00.000393-6 Órgão: INSS Assunto: GDASS (Paridade) Andamento Processual: A maioria dos processos já foram pagos.	
Processo nº 0809341-94.2019.4.05.8400 Órgão: Ministério da Saúde Assunto: Redução da Vantagem do Art. 184 da Lei 1.711/52 e Reposição ao Erário Andamento Processual: Sentença favorável determinando que a União restabeleça o pagamento integral da vantagem do Art. 184. Firmado acordo com a UNIÃO para pagamento dos valores devidos aos servidores. Aguarda homologação do acordo e em seguida expedições das ordens de pagamento (RPV e/ou precatório).	Processo nº 0806538-17.2014.4.05.8400 Órgão: Ministério da Saúde Assunto: Restabelecimento de DI/VPNI Andamento Processual: Processo julgado procedente para determinar o restabelecimento do valor integral da VPNI (DPNI) de dezembro/2013. Mesmo assim, alguns servidores continuam sendo notificados em razão de determinação do TCU para retirada da rubrica. Mas, o Judiciário se manifestou favorável à manutenção da vantagem no contracheque dos servidores e determinou o pagamento dos valores que estes deixaram de receber. Quem receber qualquer notificação deve entrar em contato com o sindicato para as providências cabíveis.
Processo nº 2007.84.00.000190-6 Órgão: Ministério da Saúde Assunto: GDASST Andamento Processual: A maioria dos processos já foram pagos.	Processo nº 0000229-18.2011.4.05.8400 Órgão: Ministério da Saúde Assunto: GDPST Andamento Processual: A maioria dos processos já foram pagos.
Processo nº 0000189-75.2007.4.05.8400 (2007.84.00.000189-0) Órgão: Ministério do Trabalho Assunto: GDASST Andamento Processual: Julgado procedente reconhecendo a paridade entre ativos e inativos do período de desde a instituição da gratificação, até a dará da avaliação de desempenhos dos servidores ativos (abril/2002 a fevereiro/2008). Iniciamos as execuções em grupos de 05 pessoas. Qualquer dúvida ou maiores informações entrar em contato com o Setor Jurídico.	Processo nº 0000229-18.2011.4.05.8400 Órgão: Ministério do Trabalho Assunto: GDPST Andamento Processual: A maioria dos processos já foram pagos.

Processo nº 0000230-03.2011.4.05.8400 0000228-33.2011.4.05.8400 Órgãos: INSS, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho Assunto: Restituição de Contribuição Previdenciária sobre Férias (Período em atividade de 2006 a 2024) Andamento Processual: Processo julgado procedente, para que não haja desconto de contribuição previdenciária incidente sobre o terço de férias e a restituição dos valores pagos indevidamente pagamento do que pagou indevidamente. Execuções em grupos de 05 pessoas. Vários grupos já foram liberados. Qualquer dúvida ou maiores informações entrar em contato com o Setor Jurídico.	Processo nº 0800558-07.2021.8.20.5001 Órgãos: INSS, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho Assunto: PASEP Andamento Processual: Ação coletiva em nome do SINDPREVS/RN que visa garantir o direito a revisão dos saldos existentes em conta relacionado ao PIS/PASEP. Acolhido o pedido de perícia para análise dos valores depositados nas contas do PASEP. Processo conclusu para Decisão.
Processo: Demanda Individual Órgãos: INSS, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho Assunto: Licença Prêmio Andamento Processual: Ações individuais com objetivo de converter em pecúnia (indenização) os períodos de licença prêmio não usufruídos e não convertidos para fins de aposentadoria. A presente ação é destinada para servidores que se aposentaram nos últimos 05 (cinco) anos. Qualquer dúvida ou maiores informações entrar em contato com o Setor Jurídico.	Processo nº 0807865-89.2017.4.05.8400 Órgãos: INSS, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho Assunto: Vale Transporte (servidores ativos) Andamento Processual: Julgada parcialmente procedente a demanda, reconhecendo o direito ao vale transporte independente do uso efetivo do transporte público ou carro particular, limitado à data do requerimento administrativo. Apresentados recursos pela União. Aguarda julgamento dos recursos interpostos
Processo nº 0024183-88.2009.8.20.0001 Órgãos: INSS, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho Assunto: GEAP - Manutenção de teto da mensalidade Andamento Processual: Processo transitado em julgado. Foram encaminhados pedidos de cumprimento de sentença em grupos de 10 (dez) pessoas. Houve Decisão Judicial limitando o período de cálculo e estabelecendo como devido de dezembro de 2008 a março de 2012. Vários grupos já foram liberados. Qualquer dúvida ou maiores informações entrar em contato com Setor Jurídico.	
ATENDIMENTO JURÍDICO - SINDPREVS/RN	
Para maiores informações processuais, buscar o SINDPREVS/RN através dos contatos abaixo informados, a fim de agendar atendimento jurídico.	
Endereço: Rua Quintino Bocaiuva, 19 - Centro - Natal/RN - CEP: 59.025-370 Telefone Fixo: (84) 3346-5551 Celular/Whatsapp: (84) 9 9925-0132	
Processo nº 161000-45.1990.5.21.0003 (03-1610-90) Órgão: INSS (Ex-INPS) Assunto: 84% (Incontroverso) Andamento Processual: Execução dos valores incontroversos estão sendo pagos. Maioria dos servidores já receberam e iniciaram os pagamentos dos herdeiros e pensionistas.	Processo nº 14400-55.1990.5.21.0003 (03-0144-90) Órgão: INSS (Ex-INPS) Assunto: PCCS (Incontroverso) Andamento Processual: Execução dos valores incontroversos estão sendo pagos. Maioria dos servidores, pensionistas e herdeiros já receberam. Pendente apenas algumas pessoas por pendência de documentos.
Processo nº 101200-23.1989.5.21.0003 (03-1012-89) Órgão: Ministério da Saúde (Ex-Inamps) Assunto: PCCS Andamento Processual: Negado o Agravo de instrumento em Recurso de Revista interposto pelo INSS e aplicada multa. O INSS apresentou Embargos de Declaração. Aguardando novo julgamento.	
ASSESSORIA RESPONSÁVEL PELAS DEMANDAS (PCCS e 84%)	
Para maiores informações processuais e agendamentos, procurar o Escritório responsável pela demanda através dos contatos abaixo informados.	
Escritório ATO Endereço: Avenida Capitão-mor Gouveia, nº 2895 - Lagoa Nova, Natal/RN, Cep.: 59076-400 Telefone: (84) 3234-9345 Celular/WhatsApp: (84) 9 9955-1366	

Mais um ano se avizinha de seu término. Nesse período pós-pandêmico, ainda nos deparamos com alguns resquícios da quadra recente: o avanço do negacionismo, a violência contra pobres-pretos-periféricos, o preconceito contra a população LGBT-QIAP+, o feminicídio, o machismo e a misoginia, a xenofobia e o racismo, o etarismo e a aporofobia.

2024 foi o ano em que, apesar de todas as adversidades, fizemos uma greve histórica, longa, que enfrentou desde sua nascente os ataques do governo, sejam na esfera institucional, como nos assédios e intimidações com cortes de ponto e de salários ou na codificação aviltante de falta injustificada; sejam no âmbito da judicialização, com o cerceamento ao direito constitucional de greve, a multa estratosférica imposta à nossa federação, as mesas de negociação com entidades pouco ou nada representativas das nossas categorias ou o acordo rebaixado firmado,

ro, devemos reconhecer que o sindicato (especialmente sua direção) precisa retomar o contato presencial com os diversos locais de trabalho, rever as formas de contato virtuais e utilizar ferramentas mais inovadoras e atuais

que, por nossa pressão e diplomacia, permitiu que houvesse adendos mais próximos das nossas reivindicações.

E, sobre esse período, precisamos fazer uma crítica e auto-crítica ao que se passou. Primei-

para chegar às pessoas, quer estejam onde estiverem.

Nosso sindicato não abdicou nem abdicará da luta, mas, para que a luta seja vitoriosa, precisamos agregar mais pessoas ao campo de batalha, ao contrário

do que fizeram durante essa greve as entidades que se julgam capazes de substituir nossa federação ou nosso sindicato e vender a preço de banana todo o suor da labuta das nossas e nossos companheiros.

Uma grande conquista dessa greve foi desmascarar as entidades pelegas e referendar a FENASPS e o SINDPREVS/RN como nossas representações e de luta!

Ano que vem teremos um processo eleitoral e, como aprovado em nosso último congresso, no-

vamente faremos um processo democrático de escolha, com a votação elegendo, de forma proporcional qualificada, a nova diretoria.

É de suma importância que façamos a melhor escolha para



nos representar; que não nos permitamos ilusões fáceis, apostando nossas esperanças em salvadores da pátria, falsos messias e outras possibilidades que possam vir a aparecer. Lembremos sempre que não conquistamos nada até agora que não tenha sido fruto da luta da categoria, que nada veio de graça: tudo custou dias e anos de batalhas duríssimas e sacrifícios por parte do conjunto da nossa classe, a classe trabalhadora.

O voto é livre e representa um exercício de consciência. Votar em quem defende o fim do sindicato, o fim dos serviços públicos, é votar no fim da nossa própria existência enquanto trabalhadoras e trabalhadores. Não nos encantemos com o canto das sereias dos lobos travestidos em peles de cordeiros; não nos enganemos sobre quem está na luta desde sempre, nem por quem aparece após um recente passado nebuloso.

E isso não é um fato isolado, pois é justamente por sermos democráticos, por defendermos o direito de participação, de opinião, de crítica, de expressão e de escolha, que nos deparamos com o ressurgimento de velhas ideias, requentadas em panelas de ódio, servidas em banquetes de luxo dos pântanos abissais da desigualdade. É a rejeição de todo o avanço civilizatório, a defesa do “Me-nos Estado” para os pobres e

“Mais Estado” para os ricos e seus asseclas, que pensam pertencer à nata do capital, mesmo que despossuídos dele.

Dessa forma, vemos o avanço das guerras, as chacinas e a violência em escalada sem igual, bem como a explosão das provas dos desrespeitos aos direitos humanos, seja no genocídio sionista em Gaza, seja na periferia do Brasil ou noutra parte do mundo.

Algumas vozes se levantaram contra esse assombroso avanço da necropolítica, pois, além do retrocesso que tivemos nos espaços de poder locais, também sofremos com o resultado das últimas eleições para as representações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Teremos um longo caminho para voltarmos a ter o vislumbre de políticas sociais que ajudem a combater a desigualdade, ao mesmo tempo em que teremos que enfrentar as políticas de envenenamento por agrotóxicos, a guerra civil instalada no campo, as invasões das terras indígenas e o loteamento das nossas praias.

E uma dessas vozes que se levantou contra tudo isso, contra o método nazista/miliciano/gângster de se fazer política com dinheiro público, foi a do Deputado Federal pelo PSOL/RJ, Glauber Braga, que sofre um inescrupuloso processo de cassação na Câmara dos Deputados por haver de-

nunciado o escandaloso e criminoso esquema parlamentar conhecido como Emendas Impositivas, também conhecidas como emendas pix, que abocanham bilhões de reais que, na verdade, são repasses sem transparência, que driblam a fiscalização, facilitando gastos ineficientes, improbidade administrativa e corrupção.

Por esse motivo, por entendermos que o povo é soberano, que o mandato do Deputado Glauber Braga é um mandato popular e representante da classe trabalhadora, nos somamos ao movimento #GLAUBERFICA!

Para finalizar, entendemos que, embora ainda jovem, nossa democracia deu provas de que é resistente, mas, para que ela continue sendo fortalecida, para que as ameaças sejam contidas e diminuídas, tornando-se apenas tristes lembranças do passado, é preciso que todas as pessoas envolvidas no dia da vergonha, 08/01/2023, na tentativa de golpe de Estado, e em outros momentos da história recente, que atentaram contra a democracia, contra os três poderes, contra a vontade soberana do nosso povo, paguem por seus crimes!

A impunidade só servirá para fortalecer o nazifascismo, o golpismo, o desrespeito às leis, às regras do jogo democrático e ao nosso povo. Por isso, dizemos: #SEM-ANISTIA!

Precisamos estar atentos e fortes!

Os versos de Gilberto Gil e Caetano Veloso continuam ressoando como um chamado urgente: “é preciso estar atento e forte.” As movimentações nos bastidores do poder, em Brasília, mostram o motivo: novas reformas estão a caminho, e dificilmente trarão benefícios para nós, servidores públicos. Tudo isso, mesmo sob a convivência de um governo que deveria priorizar o serviço público.

O governo federal já anunciou a intenção de realizar uma ampla reforma administrativa, com a construção de uma nova legislação para substituir o Decreto-Lei nº 200/1967, que atualmente organiza a administração pública federal. Essa reforma foi anunciada pela equipe de transição em dezembro de 2022 e promete ser ainda mais abrangente do que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 32, apresentada em 2020. Embora a PEC 32 tenha sido aprovada em comissão especial da Câmara dos Deputados, nunca chegou a ser votada no Plenário por falta de

apoio político.

Essas propostas têm um foco evidente: a redução de gastos fiscais. No entanto, negligenciam a importância do servidor público para a manutenção do Estado e a qualidade dos serviços entregues à população. Uma reforma administrativa eficaz deve considerar, antes de tudo, as necessidades do serviço público e de quem depende dele.

A PEC 32, em particular, levanta sérias preocupações. Ela pode comprometer a impessoalidade nas contratações públicas, abrir caminho para a terceirização de carreiras permanentes em áreas cruciais como saúde, educação e assistência social, e dificultar investigações de corrupção conduzidas por servidores com estabilidade.

A grande imprensa, ainda que timidamente, já começa a ecoar discussões sobre a necessidade de rever a Previdência, frequentemente mencionando déficits que, sabemos, são construções narra-

tivas para atender aos interesses de banqueiros. O mesmo ocorre com a reforma trabalhista: o Congresso Nacional já debate novas modalidades de contratação, muitas delas ameaçando direitos conquistados pelos trabalhadores.

A proposta de arcabouço fiscal é outro ponto de preocupação. Afetando diretamente áreas essenciais como Saúde, Educação e Seguridade Social, ela representa uma nova roupagem para o teto de gastos implantado no governo Temer, com consequências severas para o orçamento público e para a qualidade dos serviços. Essa lógica de austeridade fiscal, como sabemos, primeiro destrói o público e, em seguida, incentiva a privatização dos serviços via parcerias público-privadas.

Diante desse cenário, companheiros e companheiras, a vigilância é imprescindível. “Atenção”, como nos alertam os poetas. É hora de mantermos os olhos firmes, “pra este sol, para esta escuridão”.



UM ANO DE MUITO TRABALHO

O ano de 2024 foi marcado por intensas mobilizações, com destaque para a greve e outras ações decisivas em defesa dos direitos dos trabalhadores. O Sindprevs/RN esteve na linha de frente em todos os momentos, garantindo suporte aos filiados e consolidando-se como um espaço de acolhimento e benefícios para a categoria.

Durante a greve, o sindicato assegurou 100% de apoio, tanto em Natal quanto no interior, promovendo mobilizações nas ruas, na imprensa e no ambiente virtual. Outras pautas relevantes também foram priorizadas, como a luta por melhorias na Geap e iniciativas como o Café com Luta, em celebração ao Dia Nacional de Luta de Aposentados e Aposentadas.

No âmbito social, o Sindprevs/RN manteve o espaço em Macaíba como um ponto de lazer para os servidores, realizando melhorias estruturais e promovendo uma animada festa junina com comidas típicas, música, sorteios

e brincadeiras. Em momentos de crise, o sindicato também atuou com solidariedade, como nas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul.

Os avanços nos convênios foram outro destaque. A parceria com o Sesc-RN ampliou os serviços disponíveis aos filiados, estendendo benefícios a seus dependentes. Entre os serviços oferecidos estão acesso a bibliotecas, refeições, atividades físicas e esportivas, educação infantil e fundamental, eventos artístico-culturais, e locação de espaços, além de atendimento em clínicas integradas e domingos recreativos. Os serviços estão disponíveis nas unidades de Natal, Mosso-

ró, Caicó, Macaíba, Nova Cruz e São Paulo do Potengi.

O Sindprevs/RN também reforçou sua atuação em convênios com outros estabelecimentos, oferecendo descontos especiais aos associados.

Além disso, a assessoria jurídica e a equipe do sindicato seguem à disposição para atender demandas e garantir a defesa dos melhores interesses da categoria.

Com direção, colaboradores e filiados unidos, o Sindprevs/RN permanece firme em seu compromisso de lutar por direitos, promover avanços e acolher seus sócios, consolidando-se como um pilar de apoio e resistência para a categoria.

EXPEDIENTE

Sindprevs-RN informa é uma publicação periódica gratuita de responsabilidade do Sindprevs-RN

Direção de Comunicação:
Cícero Nogueira e Fátima Caldas

Textos e imagens:
Priori Comunicação Estratégica

sindprevsrn.org.br [@sindprevsrn](https://www.instagram.com/sindprevsrn)

NOVOS CONTATOS

Jurídico: 99914-0478

Cristina
(Administração 01): 99171-4675

Rejânia
(Administração 02): 98815-5461

Derlania
(Administração 03): 99171-4667

Letônia (Recepção): 99925-0132

Recepção: 3346-5551